REDE
ISSN:1982-5528
Revista Eletrônica do PRODEMA
Journal Homepage: www.revistarede.ufc.br
D.O.I:10.22411/rede2017.1102.02

SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL DOS PEQUENOS ESTADOS INSULARES EM DESENVOLVIMENTO: O CASO DE CABO VERDE

Environmental sustainability of small island developing states: the case of Cape Verde

João Paulo Madeira[1]

RESUMO:

A problemática da vulnerabilidade ambiental deve ser erigida como prioridade para a sustentabilidade global, pois para os pequenos Estados insulares o grande desafio é delinear uma estratégia compatível com a agenda internacional para que possam a nível das diversas organizações internacionais e fóruns internacionais apresentar políticas, programas e ações conjuntas no que concerne às diferentes agendas mundiais. O presente artigo tem como preocupação central analisar a problemática ambiental do grupo dos Pequenos Estados Insulares (SIDS) africanos, tendo como referência o arquipélago de Cabo Verde. Esta problemática sugere uma reflexão que envolve diversas abordagens que vão da geografia ao direito, governança e políticas públicas, sendo necessário que se priorize o cruzamento dos dados obtidos a partir de uma análise multidisciplinar. Decorrente do elevado custo que o investimento no setor ambiental poderá acarretar, acredita-se que poderão ser delineadas estratégias intersectoriais e ações coordenadas no sentido de capacitar os SIDSAM africanos a lidarem melhor com o seu espaço a partir da sua localização geográfica privilegiada entre os continentes africano, europeu e americano.

Palavras-chave: Risco; Governança; Políticas Ambientais; Sustentabilidade; Pequenos Estados Insulares.

ABSTRACT:

The issue of environmental vulnerability should be raised as a priority for global sustainability, because for Small Island States the big challenge is to outline a strategy compatible with the international agenda so that they can, in the several international organizations and international forums, present joint policies, programmes and actions concerning the different global agendas. This article has as its main concern to analyze the environmental issue of the African Small Island Developing States (SIDS), having as reference the archipelago of Cape Verde. This matter suggests a consideration involving various approaches ranging from geography to law, governance, and public policies, being necessary to prioritize the intersection of data obtained from a multidisciplinary analysis. Due to the high cost that investment in the environmental sector may entail, it is believed that cross-sectoral strategies and coordinated actions may be outlined in order to empower the African SIDSAM to better cope with their space from their privileged geographic location between the African, European and American continent.

Keywords: Governance; Environmental Policies; Sustainability; Small Island States.

[1]Universidade de Cabo Verde. joao.madeira@docente.unicv.edu.cv

ISSN: 1982 - 5528
D.O.I:10.22411/rede2017.1102.02

1. INTRODUÇÃO

A partir dos anos noventa do século passado verificou-se uma clara evolução dos estudos sobre os territórios insulares, porque, além de estes servirem de base empírica para aplicação de diferentes teorias, permitiram igualmente trazer um importante debate no seio académico. Independente de os SIDS se diferenciarem relativamente ao tamanho e dimensão populacional, assim como à orientação política, considera-se que são territórios insulares e vulneráveis e que apresentam uma reduzida dimensão populacional e territorial, aliada ao isolamento, vulnerabilidade quanto à ocorrência de desastres naturais, escassez de recursos naturais, excessiva dependência do comércio internacional, falta de economia de escala e elevados custos de infraestruturas de transporte e administração (Tolentino, 2007). Estas características exigem esforços acrescidos, nomeadamente o investimento em infraestruturas, comunicação, transportes e energia. Além disso, 'a capacidade de resolução das instituições existentes é igualmente significativa' (Swain, 2016, p. 152).

Não obstante os territórios insulares terem exercido um papel de extrema importância na economia mundial, na qual alguns têm vindo a destacar-se como sejam as grandes potências como o Japão e do Reino Unido, os SIDS acabam, muitas vezes por ser apontados como espaços "inviáveis", na medida em que são caraterizados como territórios vulneráveis e economicamente dependentes e que enfrentam de forma continuada vários desafios económicos, sociais e ambientais.

Por causa da pequenez dos seus territórios, da reduzida dimensão populacional, isolamento e escassez de recursos naturais, bem como a exposição aos demais riscos ambientais, caberá aos SIDS africanos, agir nos mais variados sectores estratégicos, o que implica necessariamente a criação de condições em matéria de governação, direitos humanos e a aposta no crescimento sustentável e inclusivo.

2. QUADRO DE REFERÊNCIA DA POLÍTICA DOS SIDS: PRINCIPAIS LINHAS ORIENTADORAS

Na segunda Conferência Mundial sobre o Clima realizada em 1990 em Genebra, Suíça, os pequenos territórios insulares e ilhas costeiras instituíram com o apoio da ONU a Aliança dos Pequenos Estados Insulares (APEI), que se carateriza por uma coligação na qual os Estados partilham preocupações semelhantes no que se refere ao desenvolvimento dos seus territórios. Estes são particularmente vulneráveis no que concerne às consequências negativas das alterações climáticas como sejam: o aumento do nível do mar, as tempestades tropicais, os longos períodos de seca como aqueles que têm vindo a ocorrer com frequência em Cabo Verde ou, pelo contrário, de chuvas abundantes que têm lugar em países como São Tomé e Príncipe. A preocupação destes territórios é justificável na medida em que se conjetura que, ao longo do próximo século, o nível da água do mar poderá subir a uma média de 6 cm por década (Swain, 2016).

Em junho de 1992 foi realizado no Rio de Janeiro uma Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento (CNUAD) em que se debaterem os problemas ambientais, acreditando que, de forma organizada é possível atingir o desenvolvimento sustentável. A Agenda 21 foi estabelecida como plano estratégico de ação da CNUAD, tendo sido a primeira a reconhecer, de forma oficial, que os PEID ressaltam a importância de se colocar em vigor a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS) que visa encontrar as melhores soluções e mecanismos e delinear as políticas, programas e ações concretas no que respeita ao desenvolvimento (CNUAD, 1992).

Reafirmando estes compromissos, a ONU realizou em maio de 1994 em Barbados a primeira conferência, direcionada a orientar os PEID na adoção de estratégias, planos, políticas e processos que respeitassem o princípio do direito ao desenvolvimento. Recomenda-se a estes países, de acordo com as suas especificidades e prioridades, enveredar todos os esforços para um desenvolvimento regional que tenha em consideração os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e que fortaleça as instituições nacionais na mobilização dos recursos disponíveis, com vista a promover as melhores condições de vida para os seus habitantes (UN, 1994).

A 2ª Conferência das ONU sobre PEID teve lugar nas ilhas Maurícias entre 10 a 14 de março de 2005, tendo resultado na revisão do Plano de Ação de Barbados cujo objetivo é o de traçar estratégias para sua imple-

ISSN: 1982 - 5528
D.O.I:10.22411/rede2017.1102.02

mentação, apostando em cinco novos eixos: comércio: globalização e liberalização, reforço da educação para o desenvolvimento, produção e consumo sustentável, saúde e cultura.

Entre 20 a 22 de junho de 2012 realizou-se a Conferência Rio+20 da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável em que estiveram representantes de 193 países com o objetivo de adotar uma declaração final "O Futuro que Queremos", que prevê o lançamento de um processo conducente ao estabelecimento dos ODS. Relativamente aos PEID, reafirmou-se o compromisso do desenvolvimento que tem em consideração as suas especificidades regionais, atendendo aos problemas ambientais globais, nomeadamente as alterações climáticas, catástrofes naturais e a elevação do nível do mar.

Entre 1 a 4 de Setembro de 2014, a ONU organiza nas ilhas Samoa a 3ª Conferência sobre os PEID em que se discutiram os eixos temáticos para o estabelecimento de parcerias, a saber: desenvolvimento económico sustentável, alterações climáticas e gestão dos riscos e desastres, desenvolvimento social, saúde e prevenção das doenças não transmissíveis, o contributo para as energias sustentáveis, o papel dos oceanos e mares na prevenção da biodiversidade, água e saneamento, segurança alimentar e gestão de resíduos. A declaração final da Conferência teve como lema "O Caminho a Seguir", tendo incidido sobre a necessidade de se estabelecer parcerias "com" e "para" os PEID.

Os PEID são reconhecidos como um grupo de países insulares em desenvolvimento que se encontram distribuídos em diferentes regiões do globo e que confrontam com problemas sociais, económicos e ambientais específicos. Localizados maioritariamente na zona intertropical, os PEID estão predominantemente concentrados na região das Caraíbas, Pacífico Ocidental e no Oceano Índico (Faizal 1996). Porém, existem territórios mais isolados como sejam as ilhas de Cabe Verde, São Tomé e Príncipe, Seychelles e Bahrein. Na definição dos SIDS utiliza-se um conjunto de elementos como sejam: área geográfica, dimensão populacional, caraterísticas ambientais e económicas (Pantin, 1994). Constata-se, porém, uma dificuldade na apresentação de uma definição consensual que é decorrente das caraterísticas heterogéneas apresentadas por estes territórios. Na visão de Bass and Dalal-Clayton (1995, p. 5) o termo 'Pequeno Estado Insular' pode ser definido como um Estado que cobre geralmente menos de 1000 km2, com uma população abaixo de 1 milhão de habitantes.

Porém, é possível constatar que existem territórios com mais de 27.000 km2 como por exemplo as ilhas Solomon e outros com menos de 22 km2 como é o caso de Nauru. No que se refere às variáveis demográficas o mesmo cenário apresenta-se por vezes difícil de ser operacionalizado, uma vez que em alguns Estados como Singapura e Maurícias o número de habitantes ultrapassa 1 milhão.

Não existe um consenso relativamente aos critérios quantitativos ou qualitativos quantificáveis a serem considerados para se definir um pequeno Estado (Keohane, 1969; Commonwealth Secretariat, 1997; Neumann; Gstöhl, 2006), tendo em conta os recursos materiais, militares e científicos, o espaço territorial, o peso demográfico e/ou os fatores institucionais, políticos e morais (Henrikson, 2001; Nunes, 2007; Maass, 2009).

A definição de pequeno Estado varia conforme os critérios que cada entidade utiliza, os quais podem ser qualitativos ou quantitativos (Tolentino, 2007). É preciso ter em consideração que ao se aplicar uma definição precisa e rigorosa, poder-se-ia criar inúmeras exceções (Hey, 2003). Tomando a dimensão territorial como principal critério, embora não seja consensual (Fox, 2006), um pequeno Estado é geralmente apresentado como um território exíguo, que apresenta uma população relativamente reduzida com parcos recursos (Aron, 1970).

Para caraterizar um Estado quanto à sua dimensão, deve-se levar em consideração tanto aspetos quantitativos como qualitativos. Pois, há que se aplicar uma definição que evite especificações rígidas e exclusivas, em vez de uma definição global (Vital, 1971).

A ONU, por exemplo, chega a apresentar diversos critérios como sejam: uma população inferior a 2,5 milhões de habitantes, uma área inferior a 5.000 Km². Uma outra caraterística deve-se ao facto do Estado ser dotado de soberania. Um pequeno Estado na perspetiva das Nações Unidas corresponde a identidades extremamente pequenas em território, população, recursos humanos e económicos, sendo atribuído o caráter de pequenez que corresponde a um critério de comparação, não sendo este absoluto (Rapaport; Muteba; Therattil, 1971).

Os pequenos Estados, neste caso os insulares, segundo a ONU apresentam critérios diferentes: população inferior a 1,5 milhão de habitantes, soberania política ou autonomia reconhecida pelas Nações Unidas, cuja área é inferior a 5.000 Km² (Tolentino, 2007).

ISSN: 1982 - 5528
D.O.I:10.22411/rede2017.1102.02

3. CABO VERDE: VALOR GEOESTRATÉGICO E DINÂMICAS AMBIENTAIS

Cabo Verde ocupa uma posição privilegiada entre as margens do Atlântico e, por esse motivo, tem despertado interesse por parte de diferentes países (Amante da Rosa, 2007). É de referir que a integração do país na CEDEAO tem sido importante na promoção de um desenvolvimento sustentável, apesar do país encontrar-se condicionado pelas mais variadas caraterísticas estruturais e debilidades intrínsecas, o que acaba por suscitar importantes desafios. A própria insularidade constitui uma das limitações o que implica uma incidência negativa no processo de desenvolvimento do país.

A situação tem vindo a agravar de há duas décadas a esta parte, uma vez que o arquipélago não dispõe de recursos suficientes para a fiscalização do seu vasto território marítimo, em especial na sua Zona Económica Exclusiva (ZEE), o que resulta na fragilidade das suas fronteiras. Perante este cenário, urge pensar em estratégias tendo em conta o real valor geopolítico país. Duas grandes linhas de análise que são divergentes e que devem ser levadas em consideração no que se refere a este valor (Tavares 2016). A primeira defende que a importância geográfica de Cabo Verde é devida, sobretudo, à sua importante localização no Atlântico Médio. A segunda, que é oposta, desvaloriza o posicionamento geopolítico, pois considera que o valor estratégico do arquipélago deve estar de acordo com as variabilidades políticas, dinâmicas económicas e ambientais, sobretudo na adoção de mecanismos que garantam a segurança, intervindo diretamente na preservação ambiental com a utilização das tecnologias de comunicação e no desenvolvimento marítimo.

Foi nestes sectores que convergiram os interesses como ficou patente nos vários encontros internacionais realizados na cidade da Praia em 2004 e 2015. A última teve lugar entre 16 a 17 de dezembro de 2016 no âmbito da Iª Conferência Ministerial dos Estados Insulares Africanos em Desenvolvimento e Madagáscar realizada na referida cidade e que resultou na Declaração de Praia.

Nesta Conferência, mudou-se o nome do grupo de Pequenos Estados Insulares Africanos (SIDS) para o grupo de Pequenos Estados Insulares Africanos em Desenvolvimento e Madagáscar (SIDSAM), constituído por Cabo Verde, Comores, Guiné-Bissau, Madagáscar, Maurícias, São Tomé e Príncipe e Seychelles. A Conferência teve como objetivo criar uma plataforma de concertação e procurou nele promover, junto das organizações internacionais, a começar pela União Africana (UA), vias e formas dos Estados insulares africanos ultrapassarem as dificuldades, tornando assim efetivas as recomendações e compromissos existentes a nível regional e global. Para tal, as temáticas foram agendadas de acordo com a dinâmica da implementação da Agenda 2063 da União Africana e da Agenda 2030 dos ODS.

Cabo Verde deve aproveitar a sua posição dentro das organizações regionais para viabilizar a expressão de uma nova identidade internacional, marcada sobretudo pela ideia de poderá atuar consciente da sua dimensão geográfica e da escassez de recursos naturais.

Pelo facto de ser um pequeno Estado, Cabo Verde é no contexto internacional um país que necessita de captar mais ajuda do que aquela que efetivamente pode oferecer. Para compensar as suas limitações, Cabo Verde precisa associar e aliar-se a outros Estados, sejam eles pequenos ou grandes, beneficiando dos programas de cooperação para o desenvolvimento por parte de instituições e organizações internacionais (Almeida, 2012).

Por outro lado, torna-se necessário uma coordenação estratégica entre Cabo Verde e os pequenos estados insulares africanos, intervindo sobretudo na preservação ambiental, nas tecnologias de comunicação e no desenvolvimento marítimo. Foi nestes sectores que se convergiram os interesses, como ficou patente na I Conferência Ministerial dos Estados Insulares africanos em desenvolvimento realizada entre 16 e 17 de dezembro de 2016 na Cidade da Praia, Cabo Verde, que resultou na Declaração de Praia. Foi nesta Conferência que mudou o nome do grupo de Pequenos Estados Insulares Africanos para o grupo de Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento e Madagáscar, constituído pelos seguintes países: Cabo Verde, Comores, Guiné-Bissau, Madagáscar, Maurícias, São Tomé e Príncipe e Seychelles.

A Conferência tinha como objetivo criar uma plataforma de concertação, que procurasse promover, junto das organizações internacionais, a começar pela União Africana (UA), vias e formas dos Estados insulares africanos ultrapassarem as dificuldades, tornando assim efetivas as recomendações e compromissos existentes a nível

ISSN: 1982 - 5528
D.O.I:10.22411/rede2017.1102.02

regional e global. Para tal, as temáticas foram agendadas de acordo com a dinâmica da implementação da Agenda Africana 2063, do Modalidades Aceleradas de Ação dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SAMOA Pathway) e da Agenda 2030 dos ODS.

O atual Primeiro-Ministro de Cabo Verde, Ulisses Correia e Silva, em corroboração com as visões de outros representantes de Estados presentes na dita Conferência, afirma que entre os Estados-membros do grupo, existe a vontade política de juntar as forças e partilhar as experiências de desenvolvimento, interagindo com as organizações regionais e internacionais. Os grandes desafios que se impõem aos pequenos estados insulares africanos exigem ações conjuntas e assertivas permitindo efetivamente uma melhor inserção nos respetivos eixos de desenvolvimento.

Exige-se dos pequenos Estados Insulares, a capacitação das instituições e dos recursos humanos, no sentido de construir parcerias, tirando o maior proveito das suas potencialidades. Juntos serão mais fortes, gerando as condições necessárias para suprir as suas vulnerabilidades e criar formas de resiliência, visto que os parcos recursos naturais e os efeitos das alterações climáticas constituem características centrais.

A problemática da vulnerabilidade deve ser erigida como prioridade para a sustentabilidade global, pois para os Estados insulares o grande desafio é delinear uma estratégia compatível com a agenda internacional para que possam a nível da UA e de outros fóruns internacionais apresentar programas conjuntos no que concerne às diferentes agendas mundiais. Para Ulrika Richardson, coordenadora residente do Sistema das Nações Unidas em Cabo Verde, as alterações climáticas constituem um dos problemas centrais dos pequenos Estados e apela, por isso, para um compromisso político internacional, acreditando que a ONU continuará a apoiar os Estados no sentido de atingir o tão almejado desenvolvimento sustentável.

Para o desenvolvimento sustentável de Cabo Verde requer-se, sem dúvida, em mecanismos de coordenação conjunta entre a captação de recursos, a geração de empregos e as melhorias nas condições de vida dos habitantes para debelar a problemática da insularidade e das suas vulnerabilidades.

4. PROBLEMÁTICA AMBIENTAL E DO DESENVOLVIMENTO EM CABO VERDE

Quando se analisa a problemática ambiental e do desenvolvimento, atendendo à configuração e situação geográfica dos pequenos Estados insulares africanos, é de destacar o percurso notável de Cabo Verde no âmbito da região onde se insere. Este aspeto deve-se ao facto de o arquipélago gozar de uma posição geoestratégica privilegiada no Atlântico Médio e igualmente por ser, desde a independência, em julho de 1975 um país estável e que goza de boa governação. Cabo Verde tem vindo a primar por uma política de paz e de solidariedade internacional, sobretudo pelos esforços conseguidos no que concerne à salvaguarda do meio ambiente e dos recursos naturais.

Não é por acaso que as instituições públicas e privadas, assim como as organizações não-governamentais ambientais, as associações nacionais e internacionais têm prestado particular importância a estes aspetos, não apenas pela sua postura pragmática, mas igualmente pelo esforço no cumprimento dos ODS. Apesar disso, pelo facto de se tratar de um pequeno Estado, que sofre com a sua insularidade e das consequências da vulnerabilidade social, impede que o arquipélago disponha de um desenvolvimento mais equilibrado, sendo que estas caraterísticas não constituem necessariamente uma barreira intransponível ao desempenho económico (Armstrong; Kervenoael; Li; Read, 1998).

Em Cabo Verde, o estabelecimento de alianças com outros Estados e organizações regionais têm traduzido, em resultados práticos, o que concerne à formulação e implementação de políticas que dizem respeito à mitigação das ameaças à segurança ambiental.

Pela insularidade e escassez de recursos naturais, os SIDSAM têm vindo a aprofundar relações com os demais países da região onde se inserem e ali solidificam os seus interesses no seio do grupo através do reforço do seu papel, entre os quais a aposta em setores estratégicos como sejam, o desenvolvimento das pequenas economias insulares e o turismo sustentável. Nessa linha colocam-se cinco desafios futuros: [i] A insularidade e o vasto espaço marítimo apresentam constrangimentos que desafiam o Estado Cabo-verdiano na procura de alternativas estratégicas, ao mesmo tempo que traduzem em potencialidades no sentido de projetar o país; [ii] Os SIDSAM

ISSN: 1982 - 5528
D.O.I:10.22411/rede2017.1102.02

desempenham um papel relevante na região africana, constituindo assim uma plataforma na criação de uma política de desenvolvimento sustentável que tem, desse modo, conferido importância enquanto ponto de ligação intercontinental de relações económicas; [iii] A falta de um sistema integrado de vigilância e de controlo da zona costeira têm dificultado a possibilidade de aliar de forma equilibrada as caraterísticas do arquipélago às suas necessidades; [iv] A participação de Cabo Verde nos organismos multilaterais constituem eixos centrais no quadro de cooperação através de um esforço integrado que garanta a segurança ambiental dos seus cidadãos através de mecanismos de resiliência, esperando que estes se traduzam em efeitos positivos a longo prazo; [v] As formas de cooperação entre os SIDSAM deverão ser ajustadas à realidade dos países insulares para que seja possível obter respostas de forma efetiva às ameaças ambientais que se verificam nesta região, uma vez que estas ultrapassam as capacidades de resposta dos Estados e, por esse motivo, os países não poderão atuar de forma isolada.

Não existe apenas uma abordagem, nem tão pouco uma "teoria dos pequenos Estados" capaz de explicar o comportamento destes (Freire 2007, p. 73). Um outro motivo desta opção de estudo deve-se ao facto de existirem poucas investigações que relacionam os PEID com os desafios da segurança ambiental no continente africano. Os trabalhos de Barnett e Adger (2007), Brown, Hammill e McLeman (2007), Raleigh e Urdal (2007), Buhaug, Gleditsh e Thaisen (2008), Raleigh, Jordan e Salehyan (2008), Trombetta (2008), Detraz e Batsill (2009) têm vindo a trabalhar a problemática ambiental, considerando que existe uma relação de causalidade entre a governança e a escassez de recursos naturais com os conflitos inter e intraestatais, mas pouco sobre o papel dos Pequenos Estados Insulares. Desse modo, procura-se, com o presente artigo, abrir espaços para a utilização de perspetivas diferenciadas, nomeadamente no que concerne ao caso de Cabo Verde.

ISSN: 1982 - 5528
D.O.I:10.22411/rede2017.1102.02

REFERÊNCIAS

Almeida, P. **Do Poder do Pequeno Estado.** Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa, Portugal, 2012.

Amante da Rosa, M. Geoestratégia de Cabo Verde no Atlântico Médio. **Revista Direito e Cidadania**. Nº 25/26, p. 163-187. Praia, Cabo Verde, 2007.

Aron, R. **Paix et Guerre entre les Nations**. Calmann-Lévy, Paris, França, 1970.

Armstrong, H; Kervenoael, R. J.; Li, X-M.; Read, R. A Comparison of the Economic Performance of Different Micro-States and Between Micro-States and Larger Countries. **World Development**. V. 26, nº 4, p. 639-656. Amsterdam, Netherlands, 1998.

Baldacchino, G. Introducing a world of Islands. In: Baldacchino, G. **A World of Islands:** an island studies reader. Institute of Island Studies, Charlottetown, Canada, 2007.

Baldacchino, G. Islands, Islands Studies, Islands Studies Journal. **Islands Studies Journal**. V.1, nº1, p. 3-18. Charlottetown, Canada, 2006.

Bass, S; Dalal-Clayton, B. Small islands states and sustainable development: strategic issues and experience'. **Environmental Planning Issues**. Nº 8. London, United Kingdom, 1995.

Barnett, J.; Adger, N. Climate change, human security and violent conflict. **Political Geography**. V. 26, nº 6, p. 639-655. Amsterdam, Netherlands, 2007.

Brown, O.; Hammill, A.; McLeman, R. Climate change as the new secutiry threat: implications for africa. **International Affairs**. V. 83, nº 6, p. 1141-1154. London, United Kingdom, 2007.

Buhaug, H.; Gleditsh, N. P.; Thaisen, O. **Implications of Climate Change for Armed Conflict**. Washinton. World Bank Group, Washington DC, USA, 2008.

Commonwealth Secretariat. **A Future for Small States**: overcoming vulnerability. Commonwealth Secretariat, London, United Kingdom, 1997.

Detraz, N.; Batsill, M. Climate Change, Environmental Security: For Whon the Discourse Shiftes. **Internacional Studies Perspetives**. V.10, nº 3, p. 303-320. Oxford, United Kingdom, 2009.

Faizal, F. **Security Problems of Small Island Developing States (SIDS)** (with Particular Reference to the Indian Ocean). University of Hull, Cottingham, United Kingdom, 1996.

Fox, A. B. The Power of Small States: Diplomacy in World War II. In: Jessica, B.; Christine, I.; Sieglinde, G; Iver B. N. **Small States in international relations**. University of Washington Press, Washington USA, 2006.

Freire, M. O Modus Operandi de Segurança e Defesa de um Pequeno Estado. **Nação e Defesa**. Nº 118, p. 69-105. Lisboa, Portugal, 2007.

ISSN: 1982 - 5528
D.O.I:10.22411/rede2017.1102.02

Henrikson, A. K. A coming 'Magnesian' age? Small States, the Global System, and the International Community. **Geopolitics**. V. 6, nº 3, p. 49-86. London, United Kingdom, 2001.

Hey, J. A. **Small States in World Politics**: Explaining Foreign Policy Behavior. Lynne Rienner Publishers, London, United Kingdom, 2003.

Keohane, R. 'Lilliputians Dilemmas: Small States in International Politics'. **International Organization**. V. 23, nº 2, p. 291-310. Cambridge, England, 1969.

Maass, M. 'The elusive definition of the small state'. **International Politics**. V. 46, nº 1, p. 65-83. London, United Kingdom, 2009.

Neumann, I.; Gstöhl, S. Lilliputians in Gulliver's World? In: Jessica B.; Christine I.;, Sieglinde G.; Iver B. N. **Small States in international relations**. University of Washington Press, Washington, USA, 2006.

Nunes, I. F. Estratégias de Participação Externa dos Pequenos e Médios Estados Europeus. **Nação e Defesa**. Nº118, p. 21-67. Lisboa, Portugal, 2007.

Pantin, D. **The Economics of Sustainable Development in Small Caribbean Islands**. University of the West Indies Press, Trinidadand Tobago, 1994.

Raleigh, C.; Jordan, L.; Salehyan, I. **Assessing the Impact of Climate Change on Migration and Conflito**. World Bank Group, Washinton, USA, 2008.

Raleigh, C.; Urdal, H. Climate Change, Environmental Degradation and Armed Conflict. **Political Geography**. V. 26, nº 6, p. 674-694. London, United Kingdom, 2007.

Rapaport, J; Muteba, E.; Therattil, J. J. **Small States & Territories**: Status and Problems. Arno Press, New York, USA, 1971.

Swain, A. As alterações Climáticas e a Segurança. In: Raquel D.; Diogo N.; Teresa de A. S. **Segurança Contemporânea**, PACTOR, Lisboa, Portugal, 2016.

Tavares, A. **Cabo Verde na Encruzilhada (Trans)Atlântica**: Posicionamento Geopolítico e a necessidade de uma Política Externa de Segurança e Defesa. PhD Tese, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Portugal, 2016.

Tolentino, A. C. **Universidade e transformação social nos pequenos Estados em desenvolvimento**: O caso de Cabo Verde. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, Portugal, 2007.

Trombetta, M. J. Environmental Security and Climate Change: Analysing the Discourse. **Cambridge Review of Internacional Affairs**. V. 21, nº 4, p. 585-602. London, United Kingdom, 2008.

United Nations (UN). **Report of the Global Conference on the Sustainable Development of Small Island Developing States**. Bridgetown, Barbados, 26 April - 6 May 1994. United Nations, New York, USA, 1994.

United Nations Conference on Environment and Development (UNCED). **Agenda 21**. United Nations General Assembly, New York, USA, 1992.

ISSN: 1982 - 5528
D.O.I:10.22411/rede2017.1102.02

Vital, D. **The Survival of Small States**: Studies in Small/Great Power Conflict. Oxford University Press, London, United Kingdom, 1971.